

## **Ata da 22ª Reunião Ordinária do Comitê da Área de Tecnologia da Informação (CATI)**

**Data:** 06 e 07 de abril de 2005

**Horário:** 10:00h às 17:00h e 08:30 às 13:00

**Local:** Sala dos Conselhos do MCT, Brasília/DF

### **I. Presentes (Anexo I)**

#### **I.1. Membros do Comitê Gestor**

Marcelo de Carvalho Lopes – MCT/Secretário Executivo  
Roberto Pinto Martins – MCT – Suplente  
José Roberto Drugowich de Felício – CNPq  
Carlos Henrique Cabral Duarte – BNDES  
Paulo Roberto Tosta da Silva – FINEP – Suplente  
Ricardo Fábio Battaglia – Setor Empresarial (ABINEE) – Suplente  
José Carlos De Luca – Setor Empresarial (ASSESPRO)  
Silvio Romero de Lemos Meira – Comunidade Científica (UFPE)  
Sérgio Bampi – Comunidade Científica (UFRGS) – Suplente  
Imre Simon – Comunidade Científica (USP) – Suplente

#### **I.2. Equipe Técnica e Convidados**

Ricardo Saur – BRASSCOM  
Tadao Takahashi – CGEE  
Mariza Polenz – CNPq  
Paulo Müller – CNPq  
Paulo N. Figueiredo – FGV/EBAPE  
Janaína Prevot – FINEP  
Augusto Cesar Gadelha Vieira – MC  
Flavio Lenz Cesar – MC  
Alessandra de Moura Brandão – MCT/SEPIN  
Antenor Cesar Vanderlei Correa – MCT/SEPIN  
Célia Joseli do Nascimento – MCT/SEPIN  
Francisco Silveira dos Santos – MCT/SEPIN  
Henrique de Oliveira Miguel – MCT/SEPIN  
Luiz Tadeu da Silva – MCT/SEPIN  
Alisson Alexandre Araújo – MCT/SETEF  
Victoria Amanda Hirle de Freitas – MDIC  
Michael Anthony Stanton – RNP  
Wilhelmus Adrianus Maria van Noije – SBMicro  
Alexandre José Beltrão Moura – SOFTEX  
Djalma Petit – SOFTEX  
Nelson Antônio Pereira Camacho – UNIEMP

### **II. Proposta de Pauta da Reunião (Anexo II)**

### **III. Lista de material entregue (Anexo III)**

#### IV. Andamento da reunião

1. **Marcelo de Carvalho Lopes** apresentou-se como novo Secretário de Política de Informática do MCT e como novo Secretário Executivo do CATI.
2. **Nelson Antônio Pereira Camacho** fez a apresentação “*A Administração dos recursos aportados aos Programas Prioritários em Tecnologia da Informação*” (Anexo IV). **Marcelo de Carvalho Lopes** solicitou que fosse encaminhado aos membros do CATI detalhamento de todos os equipamentos alocados pela UNIEMP. Propôs que a alocação de recursos aos PPI seja feita somente mediante projetos e que os projetos sejam apresentados e discutidos no CATI, de modo que a decisão não fique apenas circunscrita à SEPIN. **José Carlos De Luca** solicitou que os equipamentos obsoletos adquiridos por meio da UNIEMP fossem encaminhados aos programas oficiais de inclusão digital. **Marcelo de Carvalho Lopes** lembrou que a Lei de Informática havia sido criada com foco em política industrial, com o interesse de que as empresas fizessem P&D, sendo necessário, então, avaliar os ganhos da Lei e o que foi feito em P&D a partir desse instrumento. **Sílvio Romero de Lemos Meira** perguntou se o saldo disponível na UNIEMP (R\$ 26.302.346,66) já estava comprometido. **Nelson Antônio Pereira Camacho** respondeu que a aplicação desses recursos não estava definida, cabendo à SEPIN decidir sobre o assunto.
3. **Michael Anthony Stanton** fez a apresentação “*Redes avançadas no Brasil e o papel da Lei de Informática*” (Anexo V). **Alexandre José Beltrão Moura** perguntou se o CATI tinha poder de decisão sobre o orçamento da RNP. **Marcelo de Carvalho Lopes** disse que o CATI não tinha esse poder de decisão, mas que, após a publicação da norma definindo que os Planos de Utilização de Recursos dos PPI deverão ser aprovados pelo CATI, não apenas pela SEPIN, essa discussão poderá ser retomada e definido se o Comitê, proativamente, gostaria de decidir sobre a alocação desses recursos.
4. Em seguida, **Djalma Petit** fez a apresentação “*Fomentando negócios e geração de emprego e renda em software e serviços*” (Anexo VI). **Carlos Henrique Cabral Duarte** comentou que deveria haver articulação entre o MCT, suas agências e outras instituições para aferir o resultado de exportações de software. Apontou que as discussões sobre software embarcado e PPB estavam sendo recorrentemente trazidas às reuniões do CATI. Destacou que, nesse assunto, o MCT poderia ter papel relevante, visto que tem a incumbência de definir e acompanhar os PPB. Salientou que esse aspecto da Lei de Informática não estava sendo considerado nas discussões sobre os programas de aplicação de recursos. **Marcelo de Carvalho Lopes** disse que a discussão sobre PPB seria retomada, em outra ocasião, pelo CATI. Solicitou que a SOFTEX enviasse aos membros do CATI: a) o relatório anual de 2004 aprovado pelo Conselho de Administração; b) relatório com o detalhamento de todos os projetos realizados pela SOFTEX. **Sérgio Bampi** lembrou que, de acordo com o Parágrafo Único do art. 4º da Portaria MCT nº 51, de 12.03.03, o MCT deveria encaminhar ao CATI relatório consolidado da execução dos PPI. Solicitou que essa norma fosse cumprida e que os relatórios de 2003 e 2004 fossem encaminhados aos membros do CATI.
5. **Paulo Müller** fez a apresentação “*Programa Temático Multiinstitucional em Ciência da Computação – ProTeM-CC*” (Anexo VII). **Sílvio Romero de Lemos Meira** sugeriu que, uma vez que já havia o ProTeM-CC aprovado como programa prioritário, o CATI utilizasse o rótulo ProTeM-CC para um conjunto de ações que pretendia implementar e que estivessem de acordo com a estratégia do Programa, e que, adicionalmente, fossem retomadas as atividades de planejamento estratégico. **Marcelo de Carvalho Lopes** propôs, então, que fosse reativado o ProTeM-CC com um plano formulado por Sílvio Romero de Lemos Meira, contando com participação da indústria nacional e

utilizando parte dos recursos disponíveis na UNIEMP. **Paulo Müller** propôs que o Programa fosse retomado com o nome de ProTeM-TIC.

6. Em seguida, **Mariza Polenz** relatou sobre o programa “*Rede de Desenvolvimento de Competências em Tecnologias da Informação e Comunicação – RDC-TIC*”. **Flávio Lenz Cesar** disse que faria uma consulta ao MC sobre a não-alocação de recursos do FUNTTEL ao RDC-TIC. **Carlos Henrique Cabral Duarte** disse que havia dificuldade de operacionalizar o RDC-TIC, no que dizia respeito à dificuldade de articulação e previsão de execução orçamentária da fonte FUNTTEL. Comentou que havia dificuldades quanto ao planejamento das ações e que era necessário não apenas conhecer muito bem a forma de operar os recursos dos PPI, mas também mirar objetivos que coordenassem as ações de forma focada, sem multiplicidade de instrumentos. Solicitou que os PPI com as mesmas finalidades fossem reagrupados. O CATI decidiu que seria revogada a Portaria MCT nº 55, de 04.09.02, no que se refere à consideração do RDC-TIC como PPI, mas que seus principais objetivos seriam agregados ao ProTeM-CC.
7. **Wilhelmus Adrianus Maria van Noije** fez a apresentação “*Programa Nacional de Microeletrônica – PNM Design*” (Anexo VIII). **Marcelo de Carvalho Lopes** propôs que fosse elaborado projeto sobre formação de recursos humanos para microeletrônica e implementação de quatro ou cinco *design houses*, com a perspectiva de estratégias de negócio e visando a pequenas e médias empresas. *Ficou decidido que o projeto seria elaborado pela SBMicro, Setor Empresarial, SEPIN e FINEP e apresentado na 23ª Reunião do CATI.* **Silvio Romero de Lemos Meira** propôs que fosse elaborado um programa estratégico para formação de recursos humanos para o setor de software, sintonizado com as demandas da indústria. Apontou que o projeto deveria ser articulado pelo setor empresarial. *O Comitê decidiu que esse projeto seria elaborado pelo Setor Empresarial e por Silvio Romero de Lemos Meira e que também deveria ser apresentado na 23ª Reunião do CATI. Ficou indicada a possibilidade de que esses projetos fossem financiados com os recursos disponíveis na UNIEMP.*
8. Em seguida, **Marcelo de Carvalho Lopes** fez a apresentação “*CATI: Proposta de Novas Ações*” (Anexo IX). **Alexandre José Beltrão Moura** sugeriu que, na contratação de estudos, fosse considerada a possibilidade de contratar instituições diferentes para realizar o mesmo estudo, para criar parâmetro de comparação entre os resultados. Solicitou que, para melhor entendimento, fosse produzida, pelo MCT, uma versão comentada da Lei de Informática. **Silvio Romero de Lemos Meira** disse que, para as reuniões do CATI, deveria haver uma sistemática de preparação que, entre outras coisas, assegurasse que os documentos a serem discutidos seriam distribuídos com antecedência aos membros, para garantir que os debates tivessem o aprofundamento merecido. Propôs que houvesse, em torno do CATI, um conjunto de capital humano que entenda o papel do Comitê e estruturado dentro de um conjunto de meios eletrônicos que disseminem documentos, que tenham repositório, biblioteca digital e mecanismos de discussão que permitam aos membros ausentes participarem das discussões. **José Carlos De Luca** disse que, no conjunto das novas propostas de ação, havia sentido falta de menção a ações coordenadas entre os Ministérios da Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Comunicações. **Marcelo de Carvalho Lopes** disse que faria a mediação na ABDI, instituição criada para fazer a articulação das iniciativas de governo visando ao desenvolvimento industrial, para que o *input* dado pelo CATI, fórum legalmente estruturado no âmbito do governo para discutir a Política de Informática, fosse reconhecido e sincronizado com os demais atores do governo. Após discussão, a plenária do CATI tomou as seguintes decisões: 1) as sugestões feitas às propostas apresentadas deverão ser enviadas à Secretaria Executiva do CATI, no prazo de uma semana, para que fossem consolidadas em um Termo de Referência; 2) devido às mudanças propostas nas atribuições do Comitê, as reuniões do CATI seriam

realizadas mensalmente; 3) haveria reformulação da *homepage* do CATI, a qual teria área restrita aos membros, listas de discussão, espaço para *download* e *upload* de documentos de interesse comum; 4) o seminário de avaliação dos resultados da Lei de Informática deveria ocorrer anualmente, sempre em maio, sendo que, em 2005, excepcionalmente, aconteceria em julho; 5) elaboração de Portaria Ministerial definindo que o CATI possa aprovar os planos de utilização de recursos dos projetos que poderão receber aporte de dinheiro oriundo dos PPI e receber as prestações de contas.

9. **Célia Joseli do Nascimento** apresentou a situação dos pleitos de credenciamento de instituições de ensino e pesquisa submetidos ao CATI até 05 de abril de 2005, que totalizavam 237, sendo 176 as já credenciadas (Anexo X). Informou, então, que a posição relativa aos depósitos no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, na categoria de programação específica Fundo Setorial de Tecnologia da Informação – CT-Info, em 2005, foi, em janeiro e fevereiro, de R\$ 15.197,2 mil (Anexo XI).
10. Ficou decidido que a Secretaria Executiva do CATI distribuirá, para votação eletrônica, após revisão de **Silvio Romero de Lemos Meira**, a minuta de Resolução CATI elaborada pelo Grupo de Trabalho - GT-VIII, sobre critérios de credenciamento de instituições de ensino e pesquisa (Anexo XII).
11. **Paulo Müller** informou que os Editais de Fixação de Doutores em Engenharia de Software (PROSET/CT-Info/MCT/CNPq 025/2005) e do PD&I-TI 2005 CT-Info/MCT/CNPq 011/2005) já haviam sido lançados. **Marcelo de Carvalho Lopes** solicitou que todos os editais, encomendas e cartas-convite com recursos do CT-Info, à exceção dos de formação de recursos humanos, tenham como diretriz a cooperação empresa-universidade.
12. **Paulo Müller** apresentou a demanda da SBMicro de alterar o quadro de bolsas do PNM – Design (Anexo XIII). *O CATI aprovou a proposta*. Solicitou que, no entanto, a SBMicro e o CNPq apresentem, na 23ª reunião, relatório contendo a área de concentração das bolsas pagas desde o início do Programa e o número de teses e dissertações concluídas, e que o setor empresarial apresente as áreas em que havia demanda de mão-de-obra. **José Carlos De Luca** sugeriu que fosse formalizada proposta de aporte de recursos do FUNTTEL ao Programa Nacional de Microeletrônica. O CATI decidiu que José Carlos De Luca ficaria responsável por elaborar ao FUNTTEL proposta de requisição de apoio à formação de recursos humanos em microeletrônica.
13. **Roberto Pinto Martins** fez a apresentação “*Regulamentação da Lei de Informática*” (Anexo XIV). **Silvio Romero de Lemos Meira** propôs que fosse formado um grupo de trabalho para estudar o conceito atual de P&D&I, verificar se precisa ser modificado e, caso necessário, propor novo conceito. Sugeriu que o produto desse GT fosse utilizado como regra de comportamento para avaliação dos projetos. Destacou que essa iniciativa visava a regulamentar os novos casos e que as pendências de empresas que tiveram isenção, mas não realizaram P&D, deveriam ser resolvidas pela SEPIN. Ficou decidido que o GT seria formado por SEPIN, ASSESPRO, ABINEE, Alexandre Moura, Carlos José Pereira de Lucena, CNPq, FINEP, Flávio Lenz César e Silvio Romero de Lemos Meira e que os resultados do trabalho serão apresentados na 23ª Reunião do CATI. Foi solicitado que o GT estude também o decreto que regula o setor de TI na Zona Franca de Manaus e que seja enviado ao Presidente do CAPDA/CT-Amazônia, Antônio Sérgio Martins Mello, convite para participar da discussão.
14. **Marcelo de Carvalho Lopes** precisou se ausentar da reunião e passou a coordenação dos trabalhos a **Silvio Romero de Lemos Meira**. **Paulo N. Figueiredo**

fez, em seguida, a apresentação “*Desenvolvimento de competências tecnológicas inovadoras em Tecnologia da Informação e Comunicação no Brasil*” (Anexo XV). **Silvio Romero de Lemos Meira** propôs que fosse avaliada pelo CATI a possibilidade de contratar dois estudos junto à FGV/EBAPE, um, preliminar, para avaliar investimentos em P&D em todas as instituições credenciadas pelo CATI e, outro, dentro de dois anos, para avaliar o progresso dessas instituições. **Marcelo de Carvalho Lopes** solicitou que o material da FGV/EBAPE fosse distribuído aos membros do CATI e que a discussão sobre a contratação desses estudos fosse retomada na 23ª Reunião. **Roberto Pinto Martins** solicitou que os resultados da pesquisa fossem disponibilizados aos membros do CATI.

15. **Ricardo Saur** fez a apresentação “*Inserção competitiva da indústria brasileira de software e serviços no mercado internacional*” (Anexo XVI).
16. Em seguida, **Tadao Takahashi** fez a apresentação “*Prospecção em TIC*” (Anexos XVII.1 e XVII.2). Ficou decidido que o CATI seria consultado formalmente para contribuir com dados para formatação da *Pesquisa em TIC 2015*.
17. Tendo sido definido que a 23ª Reunião do CATI ocorrerá em 04 de maio de 2005, **Marcelo de Carvalho Lopes** agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião.

De acordo,

---

Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT

---

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC

---

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

---

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

---

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP

---

Setor Empresarial

---

Setor Empresarial

---

Comunidade Científica

---

Comunidade Científica